



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2006/2007 -

### Faculdade

Direito

### Licenciatura

Direito

### Unidade Curricular

Direito Internacional Privado

Ano: 4.º

Tipo: 1.º Semestre

Nº ECTS: 6

### Regente

Prof. Doutor José João Gonçalves de Proença

### Assistente

Dra. Elsa Cristina Tiago Moita Judas

Dr. João Carlos Gonçalves Ferrão de Caboz Santana

### Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: 2

Aulas Práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

### Língua de Ensino

Português

### Objectivos Gerais

A disciplina de Direito internacional Privado tem por objectivos gerais a determinação da ordem jurídica competente para a regulamentação das relações privadas internacionais (com elementos estruturais localizados em mais do que um ordenamento nacional), bem como a individualização da jurisdição adequada para a apreciação e decisão contenciosa de tais situações. Sinteticamente pode dizer-se que o Direito Internacional Privado tem por objectivos a resolução dos conflitos de leis no espaço e dos conflitos de jurisdições que a seu respeito possam verificar-se.



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### Objectivos Específicos

Especificamente o Direito Internacional Privado procura individualizar para cada situação concreta, de carácter privado internacional, tendo em atenção a sua natureza e estrutura jurídica, a lei mais adequada para a sua regulamentação, de entre aquelas com as quais a situação está em contacto pelos seus elementos estruturais (sujeitos, objecto, facto jurídico e garantia).

O mesmo sucedendo quanto à determinação do tribunal ao qual deve ser conferida competência para apreciar e julgar essas situações.

Em princípio as funções indicadas são exercidas através das normas de direito internacional privado, próprias de cada ordenamento nacional ou através de Convenções Internacionais de aplicação geral, como sucede, para os conflitos de leis, com a Convenção de Roma de 1980 e para os conflitos de jurisdições, com o Regulamento 44/2001, da União Europeia.

Actualmente, após as inovações introduzidas no programa do Curso de Direito, por força da chamada Declaração de Bolonha, o programa da disciplina de Direito Internacional Privado foi dividido em dois semestres, mantendo o 1º semestre a designação original de Direito Internacional Privado (com referência aos conflitos de leis), passando a designar-se a disciplina do 2º semestre como Direito Processual Internacional (tendo por objecto os conflitos de jurisdições). Estranhamente, porém, enquanto a disciplina do 1º semestre é permanente e obrigatória, a do 2º semestre está dependente de aprovação anual pelo Conselho Científico da Universidade, o que pode dar origem à situação anómala de, nos anos em que eventualmente não seja aprovada, os alunos fiquem limitados ao conhecimento da matéria respeitante aos conflitos de leis, sem contacto com os conflitos de jurisdições.

### Competências a adquirir

Como resulta dos objectivos que lhe são próprios o Direito Internacional Privado procura incentivar nos estudantes o gosto e interesse pelo estudo das relações privadas internacionais, cada vez mais dominantes na vida jurídica de cada País, em ordem à construção de um clima de paz e entendimento entre os povos e civilizações, evitando que a justiça dependa, cada vez menos da latitude do lugar.

### Metodologia de Ensino

Pela sua natureza teórico-prática, a metodologia a adoptar no seu ensino tem, naturalmente de assentar em aulas de exposição teórica, complementadas por análise pragmática das situações gerais da vida privada internacional, procurando tanto quanto possível a uniformização dos julgados e garantia das situações e direitos legitimamente adquiridos.

### Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

A disciplina consta fundamentalmente de duas partes: uma parte geral relacionada com a estrutura e funcionamento das normas de conflitos (ou normas de direito internacional privado) e uma segunda parte (especial) dedicada ao estudo e exegese de tais normas, tanto no plano do direito interno como no das Convenções Internacionais (ou Regulamentos Comunitários).



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Tanto num caso como no outro os textos legais ou convencionais aplicáveis são objecto de estudo aprofundado quanto à sua justificação e aplicação.

### **Bibliografia Principal**

#### **Autor(es)**

Proença, José João Gonçalves de

#### **Título**

Tratado Elementar de Direito Internacional Privado

#### **Edição**

2.<sup>a</sup>

#### **Local**

Lisboa

#### **Editora**

Universidade Lusíada Editora

#### **Ano**

2004

#### **Autor(es)**

Ferrer Correia, António de Arruda

#### **Título**

Lições de Direito Internacional Privado

#### **Edição**

1.<sup>a</sup>

#### **Local**

Coimbra

#### **Editora**

Almedina

#### **Ano**

2000





UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

*V. Boas*

### **Bibliografia Complementar**

#### **Autor(es)**

Pinheiro, Luís de Lima

#### **Título**

Direito Internacional Privado

#### **Edição**

2.<sup>a</sup>

#### **Local**

Coimbra

#### **Editora**

Almedina

#### **Ano**

2003

#### **Autor(es)**

Machado, João Baptista

#### **Título**

Lições de Direito Internacional Privado

#### **Edição**

1.<sup>a</sup>

#### **Local**

Coimbra

#### **Editora**

Almedina

#### **Ano**

1999

### **Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes**

A avaliação é feita através de testes de frequência obrigatória (no final dos semestres) e de aulas práticas com recurso a testes de carácter expositivo ou meramente avaliador. As aulas práticas funcionam também como elemento de avaliação contínua.

### **Recursos Didácticos**



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

A avaliação é feita através de testes de frequência obrigatória (no final dos semestres) e de aulas práticas com recurso a testes de carácter expositivo ou meramente avaliador. As aulas práticas funcionam também como elemento de avaliação contínua.

### Palavras-chave

O Homem centro do mundo e do direito